

Construção e Desconstrução de limites ENTRE HOMENS E NATUREZA:
**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO
CORUMBAU – BAHIA- BRASIL**

Ms. PPGCS/UFES - Jerônimo Amaral de Carvalho – jeronimo.carvalho@gmail.com

Dra. PPGCS/UFES - Winifred Knox – winknox@hotmail.com

Resumo

Trataremos da questão do conflito socioambiental da Resexmar de Corumbau a partir de sua criação, da constituição do Plano de Manejo em 2000, e da constituição de uma Zona de Proteção Marinha (2001). Através do uso de metodologia qualitativa variada e de base teórica explicativa que percebe o conflito como um processo histórico que ao mesmo tempo experimenta irrupções, provocadas por contextos específicos e coroados por eventos. Procurou-se compreender a mudança social vividas pelos pescadores indígenas da etnia pataxó, na região do Parque Nacional do Monte Pascoal e a análise situacional do conflito.

Introdução

O objetivo deste paper é apresentar parte da pesquisa desenvolvida na aldeia de Bugigão em Corumbau, sul do estado da Bahia entre 2011 e 2014 para o mestrado em Ciências Sociais da UFES.

O enfoque dado aqui foi nos conflitos socioambientais vivenciados entre moradores de Bugigão, uma comunidade de pescadores indígenas da etnia indígena pataxó, e os agentes de implantação da Reserva Marinha do Corumbau. Conflitos socioambientais onde participam três agências: usuários, agentes da normatividade e recursos naturais marinhos. Procurou-se compreender a mudança social vividas pelos pescadores indígenas, na região do Parque Nacional do Monte Pascoal, utilizando não somente base teórica explicativa que percebe o conflito como um processo histórico, mas que ao mesmo tempo também experimenta irrupções, provocadas por contextos específicos e coroados por eventos, neste sentido a

análise situacional do conflito foi utilizada como recurso metodológico (GLUCKMAN, 1987, TURNER, 2008, VELSEN, 1987).

Apresentaremos resumidamente o processo de criação da Resexmar de Corumbau e o atual estado de reflexão do vilarejo frente aos diversos instrumentos de normatividade desta área protegida, como o Plano de Manejo que incluiu a criação de uma Zona Proteção Marinha, com a exclusão de uso dos recursos marinhos por tempo indeterminado, embora sob caráter provisório.

O processo de implantação e gerenciamento destes teve como pano de fundo a discussão que existia na época de criação da Resexmar em 2000, entre os agentes, em face da normatividade ambientalista, em Áreas Protegidas. Pode-se perceber pela farta documentação consultada que existiu forte articulação de organizações do terceiro setor em conjunto com órgãos públicos no sentido de dar encaminhamento à elaboração do Plano de Manejo da Reserva Extrativista e à criação de uma Zona de Proteção Marinha (ZPM): uma zona intangível de qualquer atividade.

O vilarejo de Bugigão possui aproximadamente 30 famílias que dependem diretamente dos recursos pesqueiros marinhos e estuarinos como meios de subsistência. Até o início da década de 2000, as principais famílias do atual Bugigão residiam na vila do Corumbau que para lá migraram.

Informação importante é a localização da comunidade do Bugigão que está situada na parte sul do Parque Nacional (PARNA) do Monte Pascoal (figura 1).

A utilização do termo comunidade se apóia na terminologia que aparenta ter mais consenso interno, entre os moradores. O termo está presente no estatuto social da associação, mesmo sendo considerada uma aldeia no território indígena pataxó.

A localização pode ser visualizada nos mapas abaixo, fig.1 e 2.

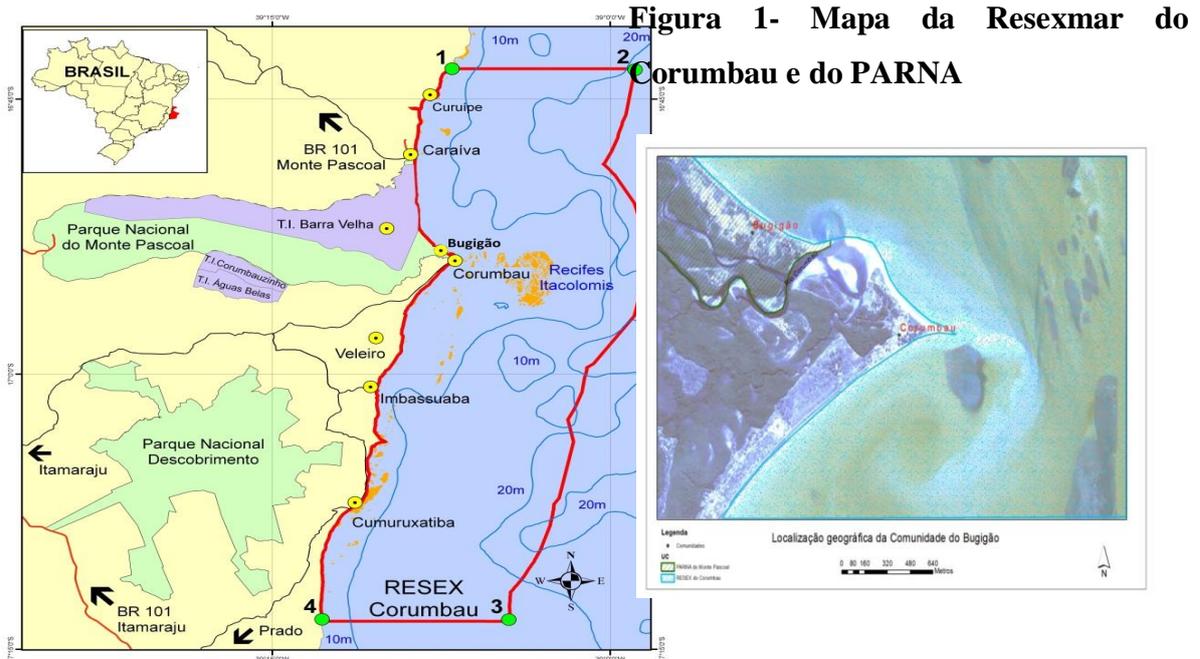


Figura 2- Mapa com a localização de Corumbau e Bugigão (à direita)

Construindo a problemática

A problemática foi constituída em torno de dois eixos:

- Quais as razões da criação de uma Zona de Proteção Marinha (ZPM) em uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável?
- Quais as consequências da implantação de uma ZPM diante o território da pesca e também das relações sociais de pescadores artesanais locais?

A localização da ZPM nos recifes ver. Figura abaixo.



Figura 3- Recifes de Itacolomi - região da Zona Proteção Marinha

Metodologia

A metodologia foi constituída de métodos qualitativos e quantitativos, cartografias, utilização de genealogias, entrevistas, observação participante na Resexmar por mais de 3 anos, consulta aos documentos do ICMBIO e FUNAI acerca da criação da Resexmar.

Neste sentido, foram consultadas as atas das reuniões do Conselho gestor da Resexmar, desde o momento de sua criação e da formulação do Plano de Manejo.

As entrevistas foram semi diretivas com roteiro flexível e foram entrevistados não somente os pescadores indígenas, mais também pesquisadores e membro da CI-Brasil que participou no momento de criação da ZPM.

Como a metodologia foi a da observação participante houve a presença nas atividades corriqueiras da comunidade, assim como a participação de pescarias com os pescadores. Assim, houve a mediação constante do pesquisador nas reuniões sobre a Zona de Proteção Marinha.

Ampla leitura sobre o tema foi levantada e uma eficiente revisão bibliográfica sobre o tema foi guiando a construção e a reflexão teórica relacionando às questões metodológicas e práticas.

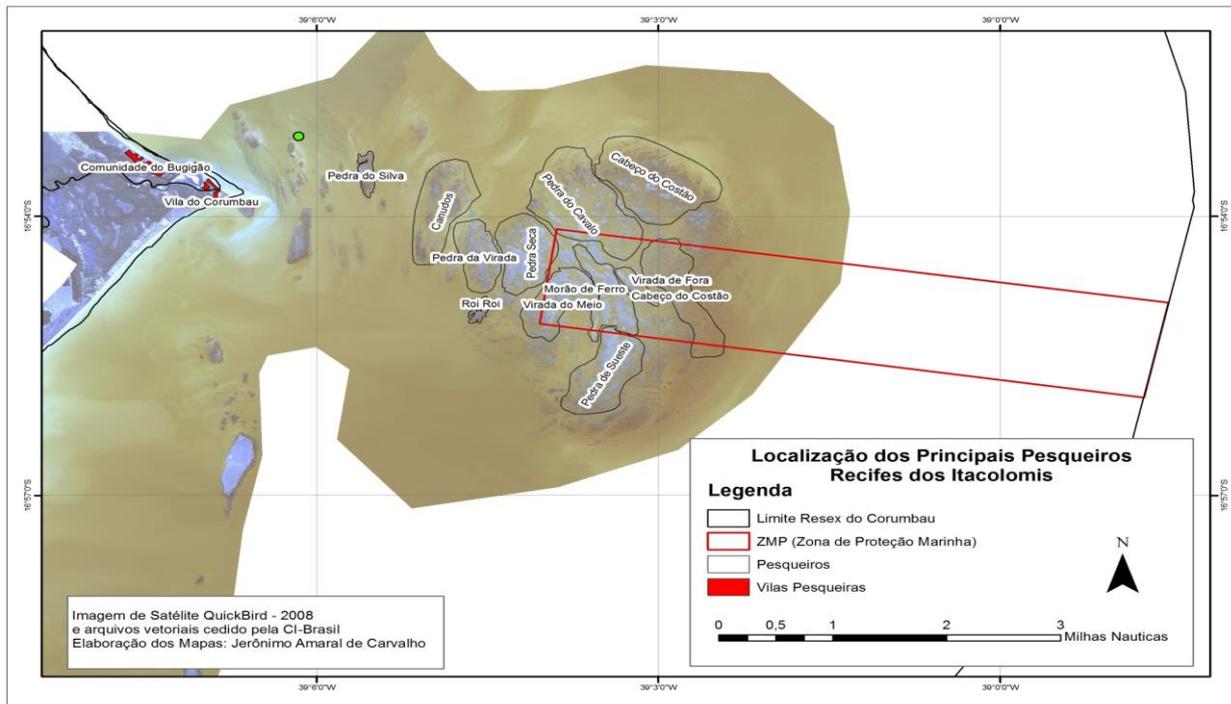


Figura 4- Mapa cartografando os pesqueiros

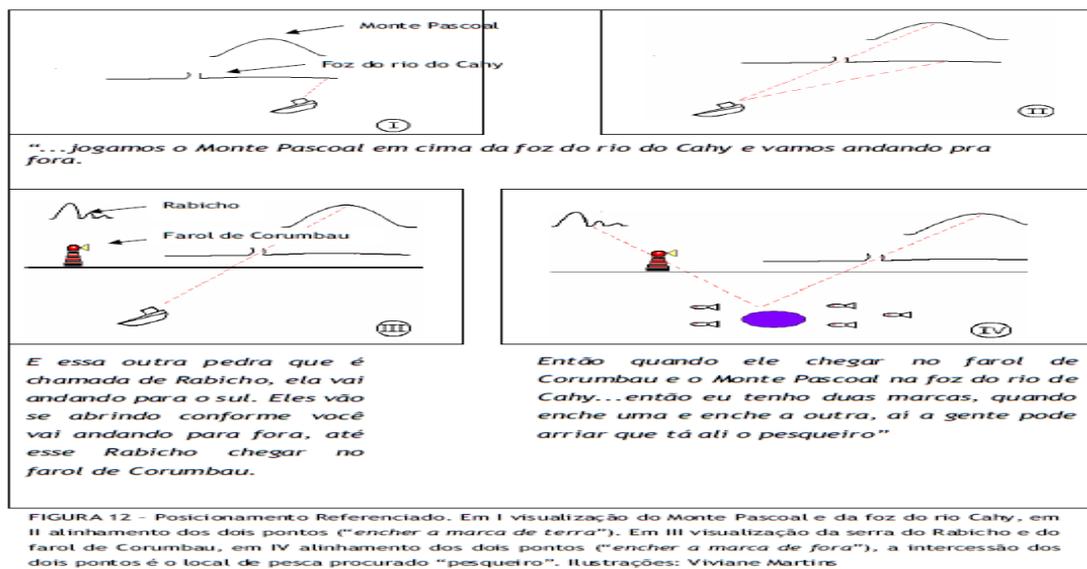


Figura 5- Cartografando os mapas que navegam



Figuras 6, 2,3, 4 e 5 - Pescadores depoentes na pesquisa e reunião com os moradores e agentes ICMBIO, CI, FUNAI, etc.

Foto de Jerônimo Amaral, Acervo pessoal - 2011

Algumas hipóteses

- O estabelecimento da ZPM na RESEXMAR moldou um posicionamento do grupo local diante da normatividade da “preservação” tendo em vista as relações sociais internas do grupo.

Após a criação da Resexmar, surgiu, por parte dos pescadores locais, uma proposta de fechamento das barras de rios, para os barcos de balão, enquanto uma solução imediata e concreta, ou senso de oportunidade (BENSUSAN, 2006). Desse modo, enquanto oportunidade, biólogos e gestores trabalharam na perspectiva de criar uma zona de exclusão de pesca, como uma proposta de que tais áreas fossem uma solução futura de um problema emergente da escassez (que em muitas vezes não faz sentido imediato em nível local). (JONES, G et al., 2006, FRANCINI-FILHO, 2008)

Podemos pensar no processo de discussão da ZPM entre os anos 2000 e 2001 como um evento de grande discordância que no primeiro momento é possível visualizar diferentes pontos de vista de ambos os lados, conservacionistas e pescadores locais. De forma a tentar mediar estes pontos de vista, a CI realizou uma série de reuniões na Ponta do Corumbau com o objetivo primeiro de equilibrar o entendimento geral.

A princípio os pescadores locais foram muito refratários à ideia de fechar uma área para a exclusão da pesca, mas aos poucos foram cedendo espaço para a negociação. De acordo com CI-Brasil, um dos motivos de contestação em relação à criação de uma zona de exclusão fora mencionado pelos pescadores de canoa a vela, já que essas áreas dos arrecifes eram as áreas onde os pescadores de canoas a vela preferiam para a navegação .

Por isso a contestação dos canoieiros tinha como base a incidência de variações sazonais ao longo do ano expondo as pequenas embarcações à instabilidade, o que era menor na área pretendida para a ZPM, onde se mantinham mais estáveis devido aos arrecifes, que produzem atrito suficiente para diminuir o tamanho das ondas. Portanto a área pretendida para a ZPM era o principal local para as pequenas embarcações pescarem o ano todo

- A questão das relações formais e informais emolduradas pela noção de “tempo” diante do conflito permitiu a construção de um novo discurso sobre a ZPM.

Boa parte desse diálogo para a criação da ZPM atravessou concepções diferenciadas de tempo, de saberes e de relações entre humanos e não humanos (INGOLD. 2000) Esse diálogo atravessou o tempo de uma geração, e se rompeu 10 anos depois de sua criação em múltiplas direções. Ele transitou entre ambientes formais, institucionalizados, como as reuniões do Conselho Gestor e não formais.

No passado algumas lideranças locais possuíam certa reciprocidade de amizade construída ao longo do processo de criação da Resex, fato que abriu caminho para a elaboração do Plano de Manejo e também para a delimitação da ZPM.

Contudo, apesar do conflito inicial entre formas diversas de pensar a natureza, observa-se também com o passar do tempo que os discursos e a retórica argumentativa dos próprios pescadores sobre a Zona de Proteção Marinha, se modificam.

A mudança acentua a expressão das formas de trabalho dos agentes externos, deixando mais evidente a importância que as relações não formais tiveram na elaboração de um suposto discurso não dualista em torno do conflito para a criação da Zona de Proteção Marinha.

Com base nas novas relações estabelecidas entre atores e grupos locais, e também de acordo com as questões temporais, é perceptível um posicionamento não tão rígido em torno da Zona de Proteção Marinha. Esses matizes de posicionamento são muitas vezes guiados a partir de relações não formais. Na medida em que percorremos de relações formais (RESEX, Conselho Deliberativo) para relações informais com membros de ONGs e Pesquisadores, havendo um reordenamento do discurso, que deixa um pouco evidente a tentativa de uma não dualidade do conflito.

A contestação sobre a Zona de Proteção Marinha: posições e clivagens internas do grupo social

Quando houve a implantação da marcação por GPS da ZPM houve contestações e críticas. Pois há um posicionamento praticamente geral, que o limite da Zona de Proteção deve ser mudado em relação a atividade da pesca.

As reflexões dos pescadores giram em torno do tamanho da área com base na atual situação das comunidades, tendo em vista que a Resexmar permitiu o acesso restrito aos recursos naturais e aumentou a quantidade de famílias residentes.

Desse modo, podemos observar a existência do conflito no nível mais concreto, em torno da ZPM, nos limites estabelecidos para a área de exclusão, visto a correspondência desta com os pesqueiros.

No entanto, no plano simbólico (TURNER, 2008), sobre o limite da ZPM, também é observado que não há uma posição totalmente dualista sobre a área. A maioria dos pescadores é favorável à idéia de uma área de preservação. Mas o contorno desenhado para a área da ZPM logrou ou mesmo só vingou pelas relações sociais formais e não formais, entre agentes e pescadores artesanais.

Desse modo, acredita-se que o conflito entre pescadores artesanais e a Zona de Proteção Marinha, seja um conflito distante de uma resolução, tendo em vista as relações sociais estabelecidas entre os agentes que acreditam no conjunto de crença de valores conservacionistas, com base em instituições e preceitos modernos (LATOURET, 1994), em detrimento do conjunto de crenças, regras e valores, não modernos, pertencentes aos grupos de pescadores artesanais da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, mais especificamente na comunidade do Bugigão (INGOLD, 2000).

Alguns defendem a área como está, devido à experiência pessoal com o tema preservação, mediado por agentes externos. Embora em menor número, é possível observar um discurso contrário a ideia de uma Zona de Proteção Marinha.

- As negociações internas e externas para a aprovação da Zona de Proteção Marinha.

É possível afirmar que a definição final do limite se apresenta enquanto um acordo temporário a partir de três núcleos familiares (Deocleciano, Cunha e Faetes), e ainda assim, não é um consenso dentro das próprias famílias a aprovação e a validade do ZPM dentro de um grupo familiar.

Uma análise histórica e processual é importante, pois o grupo que atualmente mora no Bugigão possuía poucas relações familiares com as três principais famílias. Logo a força dos questionamentos da ZPM se deve também às mudanças nas famílias locais de uma comunidade para outra (Corumbau → Bugigão).

Neste sentido, tendo em vista as relações formais e informais, estabelecidas desde o início da criação da Reserva Extrativista, além da não homogeneidade dos atores externos (CI-Brasil) e

IBAMA (CNPT) e também da própria heterogeneidade dos grupos sociais, Corumbau e atualmente Bugigão, não se pode firmar a existência dual de um conflito.

Podemos descrever a heterogeneidade da CI-Brasil a partir de sua perspectiva institucional e também das trajetórias pessoais dos membros desta instituição. Dentro da mesma, você encontra uma visão acadêmica (pesquisadores da área de ecologia e biologia marinha) que dão suporte à uma visão mais gerencial de projetos e ações, como caso de sua direção local (denominado de programa marinho). Há também uma atuação mais de extensão, de atividades diretamente aos grupos sociais, ao qual me enquadrei durante quatro anos. Cada uma dessas áreas possui uma forma distinta de leitura e de ação no campo, divergentes e convergentes de acordo com o processo em curso.

Embora naquele momento o CNPT estava dentro da estrutura do IBAMA, as práticas viriam a ser distintas da gestão local da RESEXMAR do Corumbau. Primeira diferença básica estava no formato de gestão, pois por quase dois anos, a gestão da RESEXMAR do Corumbau esteve vinculada ao CNPT – uma gestão à distância. De forma um pouco distinta, após a nomeação do chefe da RESEXMAR, seguiria uma linha um pouco mais politizada, possuindo um viés de militância ecológica e de esquerda.

Diante desse cenário de instituições e suas variações internas, possibilitou ao longo dos últimos 14 anos de existência da RESEXMAR e de sua ZPM, um conjunto de relações que são cooperativos ou não, de acordo com as variações que tais instituições bem como as relações formais e informais estabelecidas. Diante disso, atualmente podemos observar entre Bugigão e Corumbau a existência de três grupos distintos e suas posições a respeito da Zona de Proteção Marinha.

- O Grupo de pescadores favoráveis em manter o atual limites da ZPM, pertencentes à vila do Corumbau. Este grupo se destaca por serem as principais lideranças no processo de criação da Resex, além de possuírem relações formais com a RESEXMAR do Corumbau, participando enquanto membros do Conselho Deliberativo. Foram desde o início da criação da RESEX inseridas diretamente em gestão de Áreas Protegidas. Além disso, possuem grande proximidade com agentes externos, tais como membros da CI-Brasil (pesquisadores e gerência) e IBAMA (atual ICMBio) em relações formais e informais.

- O grupo de pescadores favoráveis na mudança dos limites da ZPM, pertencentes às comunidades do Corumbau e do Bugigão. Este grupo possui relações formais com a Resex enquanto membros do conselho deliberativo, além de possuírem relações informais com membros da CI-Brasil (extensionistas), com relações em vias de construção com a Gestão da Reserva Extrativista.
- Existe também um grupo de pescadores que são contra a existência de uma Zona de Proteção Marinha, além de serem favoráveis às mudanças dos limites. Este grupo está localizado dentro da Vila do Corumbau e atualmente estão ocupando um posicionamento político bastante reativo a RESEXMAR do Corumbau, assumindo a direção da Associação de Moradores da Resex do Corumbau (AREMAC). Suas relações são bastante distanciadas do processo formal da Resex do Corumbau e com poucas relações não formais. Os contatos com o ICMBio e com todos os membros da CI-Brasil são tidas enquanto conflituosas, não havendo espaço para nenhum estabelecimento de acordos formais ou informais.

Quando mencionamos sobre as diferenças entre relações formais e não formais, não se pode considerar enquanto um julgamento de valor, sobre o que cada um representa. Boa parte das relações pode ser bastante cooperativa, em momentos formais, quando se possui uma relação não formal consolidada. Podemos dizer que, as relações não formais encurtam caminhos que poderiam ser bastante longos tendo em vista que a ação dos sujeitos fique apenas em uma relação formal.

Conclusões retomadas

- A Reserva Extrativista se inscreve enquanto um processo de mudança social: => perspectiva macrossociológica
- => nova configuração das principais instituições sociais
- => Novas relações dos pescadores artesanais com agentes externos impôs uma nova configuração dos sistemas sociais.
- => Duas formas distintas de perceber e entender o mundo.

- => Apesar da distinção entre as visões de mundo, chegamos a conclusão indicativa da existência do surgimento de uma visão intermediária entre as originais, assinalando que houve uma criação, fruto dos contatos e da apreensão de aspectos do Outro, cindindo-se na absorção e, no que se poderia caracterizar por antropofagia absorvente e híbrida.

A reserva extrativista de Corumbau se insere dentro de um processo histórico de mudança social na perspectiva macrosociológica o que resultou em nova configuração das principais instituições sociais e novas relações entre pescadores artesanais e agentes externos, impondo uma nova configuração nos sistemas sociais.

Processo esse permeado de divergências, conflitos e dificuldades para um acordo. Neste sentido o Plano de Manejo e a ZPM significarão um acordo conseguido sob a categoria de temporário. As distintas formas de perceber e entender a relação do homem e a natureza nos remete a muitos estudos sobre as distintas relações natureza /cultura. Embasamo-nos particularmente nesta exposição da pesquisa em Latour (1994, 2004) e em Tim Ingold (2000).

A negociação da ZPM foi calçada em representantes dos núcleos familiares. Para analisá-la nos utilizamos da metodologia analítica da construção situacional dos conflitos que Gluckman nos remete em seus textos (1968, 1987)

Sobre os recursos marinhos e a pesca vale dizer que estes apresentam uma dinâmica de variação espacial e temporal, que não pode ser fechada em um limite, essa dinâmica necessita de um olhar mais atento à complexidade dos elementos envolvidos. Neste sentido, refletir sobre limites é também refletir suas causas e suas conseqüências. Por isso um olhar (des) construtivista em relação aos limites chama a reflexão sobre os (des)limites sinalizando para amplitude da problemática na qual a construção de uma ZPM implica. Fato que fez depois de 10 anos ressurgir a discussão sobre a ZPM e seus limites.

Os grupos sociais pesquisados pensam e decidem a partir de uma perspectiva de lugar, de sentidos, e de experiências diferente da perspectiva de uma racionalidade que, ao longo da modernidade, insistiu na produção de espaços territoriais híbridos de natureza e cultura, que possuem outros sentidos e experiências. Além da retórica moderna de um planejamento futuro, que não se adéqua com a escala de um tempo vivido pelo indivíduo, a escala do *aqui e agora* (Bourdieu, 2007)

Referências

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. p.176. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 11 ed. ed., p.322. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FRANCINI-FILHO, R. B.; MOURA, R. L. Evidence for spillover of reef fishes from a no-take marine reserve : An evaluation using the before-after control-impact (BACI) approach. **Fisheries Research**2, , n. 93, p. 346–356. 2008.

GLUCKMAN, M. The utility of the equilibrium model in the study of the Social Change. **American Anthropologist**, v. 70, n. 2, p. 219 – 237, 1968.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: F.-B. Bela (Ed.); **Antropologia das Sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global Universitária, 1987.

INGOLD, T. **The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill**. 6^a ed. ed., p.465. London and New York: Routledge, 2000.

JONES, G. P.; FERRELL, D. J.; SALE, P. F. I Spatial pattern in the abundance and structure of mollusc populations in the soft sediments of a coral reef lagoon. , v. 62, p. 109–120, 2006.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Coleção Trans, 1994.

LATOUR, B. **Políticas da natureza como fazer ciência na democracia**. Bauru: Edusc, 2004.

LOBÃO, R. J. S. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento**. UNB, 2006.

TURNER, V. **dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana**. p.278. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

VELSEN, J. VAN. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: F.-B. Bela (Ed.); **Antropologia das Sociedades contemporâneas**. p.345–378. São Paulo: Global Universitária, 1987.